

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.455, DE 2016

Dispõe sobre o exercício da profissão de Cerimonialista e suas correlatas.

Autora: Deputada LAURA CARNEIRO

Relator: Deputado WALNEY ROCHA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.455, de 2016, estabelece requisitos para o exercício das profissões de cerimonialista, técnico em cerimonial e auxiliar de cerimonial (artigos 2º a 5º) e elenca as atividades e atribuições destes profissionais (artigo 6º). Assegura ao profissional responsável por plano, projeto ou programa, o direito de acompanhar sua execução e implantação, para garantia de realização conforme as condições, especificações e detalhes técnicos estabelecidos (artigo 7º). Por fim, limita a duração do trabalho desses profissionais ao máximo de quarenta horas por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho (artigo 8º).

A proposição, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária, foi distribuída à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), para apreciação de mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise quanto a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Recebido o projeto na CTASP e designado relator, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Como bem menciona a autora do projeto, os profissionais cerimonialistas vêm adquirindo importância que justifica a elaboração de uma lei específica para regular suas atividades e lhes garantir direitos. Nessa linha, destacamos o mérito dos artigos 6º, 7º e 8º do projeto.

O artigo 6º dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais.

O artigo 7º assegura ao profissional responsável por plano, projeto ou programa, o direito de acompanhar sua execução e implantação, para garantia de realização conforme as condições, especificações e detalhes técnicos estabelecidos. Essa regra, por sua importância para promover a qualidade dos serviços, é, além de um direito do profissional, uma medida para a proteção dos destinatários dos serviços.

O artigo 8º trata da duração do trabalho desses profissionais, estabelecendo o limite máximo de 40 (quarenta) horas de trabalho por semana, que se mostra adequado às atividades desenvolvidas.

Porém, quanto aos artigos 2º a 5º do projeto, que tratam dos requisitos de formação, entendemos que estabelecem restrições injustificáveis à liberdade de exercício profissional, direito previsto no inciso XIII do artigo 5º da Constituição da República, que dispõe: *“é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”*.

O citado dispositivo da Constituição permite que a lei estabeleça requisitos de qualificação profissional para determinadas atividades. Entretanto isso apenas se justifica em profissões cujo exercício acarrete sério risco à sociedade. Nesse sentido, é o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, e, pelas mesmas razões, diversas propostas de regulamentação de profissões sem esse potencial lesivo já foram vetadas pela Presidência da República. É o que verificamos, por exemplo, na Mensagem de Veto Total nº 289, de 2015, a projeto de regulamentação do exercício da

profissão de decorador, e na Mensagem de Veto Total nº 444, de 2015, a projeto de regulamentação do exercício profissional de *designer*.

Quanto às atividades de cerimonial, entendemos que seu exercício não acarreta risco à sociedade de modo a justificar as restrições previstas no projeto. Por isso, elaboramos um substitutivo que contempla os cerimonialistas, a fim de lhes garantir direitos, mas exclui o estabelecimento dos requisitos tratados nos artigos 2º a 5º do projeto.

Em consequência disso, considerando que a exclusão dos requisitos elimina a necessidade de diferenciar os profissionais em cerimonialista, técnico e auxiliar de cerimonial, o substitutivo trata genericamente da profissão de cerimonialista, que abrange todos os que exercem as atividades nele relacionadas.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.455, de 2016, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado WALNEY ROCHA
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.455, DE 2016

Dispõe sobre o exercício da profissão de cerimonialista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regula o exercício da profissão de cerimonialista.

Art. 2º As atividades e atribuições dos profissionais de que trata esta lei consistem em:

I – planejamento, pesquisa, administração, coordenação e execução de projetos de cerimonial;

II – elaboração de orçamentos e definições operacionais e funcionais de projetos de cerimonial;

III – estudos de viabilidade técnica e financeira para implantação de projetos e programas de cerimonial;

IV – fiscalização e controle da atividade de cerimonial;

V – suporte técnico e consultoria em cerimonial;

VI – estudos, análises, avaliações, vistorias, pareceres, perícias e auditorias de projetos e programas de cerimonial;

VII – ensino, pesquisa, experimentação e divulgação de novos instrumentos, normas e procedimentos;

VIII – qualquer outra atividade que, por sua natureza, se insira no âmbito de suas profissões.

Art. 3º Ao profissional de cerimonial responsável por plano, projeto ou programa é assegurado o direito de acompanhar sua execução e

implantação, para garantia de realização conforme as condições, especificações e detalhes técnicos estabelecidos.

Art. 4º A jornada de trabalho dos profissionais de que trata esta lei não excederá de quarenta horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado WALNEY ROCHA
Relator